

**PLANO DE TRABALHO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PARA APOIO NA
IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO DE ENFRENTAMENTO A PO-
BREZA E DOS PLANOS MUNICIPAIS DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL**

**Vitória – Espírito Santo
2019**

Sumário

1 INTRODUÇÃO	3
2 GESTÃO	4
3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO ESTADO	6
4 PLANO ESTADUAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL	8
5 PLANO DE TRABALHO	9
5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social	9
5.1.1 Atividade 1 – Capacitação e Apoio Técnico	9
5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos para Gestão	16
5.1.3 Atividade 3 – Transporte de equipe da Gestão	25
5.1.4 Atividade 4 – Aquisição de Materiais Permanentes	28
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
7 APÊNDICES	31
Apêndice A – Indicadores	31

Plano de Trabalho do Estado do Espírito Santo para apoio na implementação das ações do projeto de Enfrentamento a Pobreza e dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social

1 INTRODUÇÃO

Após o rompimento da barragem de Fundão/MG, em 05 de novembro de 2015, foi estabelecido o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC o qual reconheceu inicialmente 5 municípios capixabas como impactados e posteriormente, com as Deliberações do Comitê Interfederativo (CIF) nº 58 e nº 167, ampliou para os atuais 10 (dez), quais sejam: **Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, Marilândia, São Mateus, Serra e Sooretama**. Nestes municípios em atendimento ao TTAC, a Fundação Renova, com vistas a executar suas ações de reparação aos impactos provocados deverá, por meio do Programa de Proteção Social, garantir o atendimento aos atingidos no que se refere à política de assistência social de forma articulada junto ao Estado e municípios.

O presente Plano de Trabalho foi elaborado em conjunto, pela Fundação Renova e a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES, conforme Plano Estadual de Proteção Social acordado na Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) e deliberado pelo Comitê Interfederativo (CIF), tem como objetivo, apoiar o estado do Espírito Santo no aprimoramento e fortalecimento da gestão da assistência social, para o atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis, nos municípios atingidos em função do rompimento da barragem de Fundão/MG.

Este instrumento deve estar em consonância com as prerrogativas do TTAC e os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Além disso, deve observar o que recomenda a Nota Técnica nº 33/2019 da Câmara Técnica de Organização Social – CTOS e Auxílio Emergencial em relação aos termos a serem firmados entre os entes - portanto aplicável tanto aos municípios, quanto aos estados e a Fundação Renova, conforme delimitado na pág. 8,

Ainda sobre a minuta do Termo de Parceria encaminhado à CTOS, identificou-se que a Fundação Renova se coloca como provedora dos recursos e que os municípios devem sistematicamente prestar contas à Fundação em relação às metas e ações cumpridas. Como o termo apresentado se aplica tanto às organizações socioassistenciais, OSCIP, aos municípios e estados,

serão necessárias adequações, uma vez que, por exemplo, as responsabilidades dos municípios não podem ser maiores que às da própria Fundação. Ou assim, os municípios ficariam submetidos a uma parceria sob regulação da Fundação, quando, na realidade, a responsabilidade de reparação é do causador do desastre, cabendo ao Poder Público atuar sob a égide e os preceitos da Política Nacional de Assistência Social”.

Este Plano de Trabalho possui os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Determinar as suas áreas de atuação e as metas quantitativas a serem atingidas;
- ✓ Estabelecer indicadores de desempenho a serem monitorados pela Fundação Renova, para acompanhamento e avaliação da efetividade do acordo celebrado entre as partes;
- ✓ Definir estratégias de atuação da Fundação Renova nas ações e nas especificidades no atendimento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Assistência Social local a fim de mitigar os impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão/MG;
- ✓ Estabelecer atuação integrada e coordenada para responder às demandas da população impactada referente à Política Pública de Assistência Social, priorizando as famílias e/ou indivíduos com deslocamento físico;
- ✓ Permitir e estimular, por meio de atuação integrada, a interlocução com órgãos intersetoriais para garantir respostas assertivas, eficientes e eficazes;
- ✓ Fomentar processos, protocolos e procedimentos no âmbito do SUAS, para atender demandas das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados, priorizando aqueles com deslocamento físico.

2 GESTÃO

O Plano de Trabalho em questão, que passa a compor o Programa de Proteção Social, possui como diretrizes a reparação integrada e a articulação com as Políticas Públicas já existentes, em especial as já previstas no Projeto de Enfrentamento a Pobreza, além da Assistência Social, organizada na forma do Sistema Único de Assistência Social. Por essa razão, este Plano pretende contribuir com a complementação/otimização das ações já desenvolvidas pela Secretaria de Estado.

Deste modo, a atuação da Fundação Renova em parceria com a SETADES, de acordo com o TTAC, objetiva, por fim, que as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados sejam atendidos pelos serviços socioassistenciais e está relacionada ao Programa de Proteção Social que adota a estratégia de atuar no apoio ao fortalecimento dos serviços públicos de Assistência Social e na execução de ações. Estas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC); e, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial nº 02, de 06 de dezembro de 2012).

É fundamental que a Fundação Renova com apoio do Órgão Gestor Estadual de Assistência Social implementem e aperfeiçoem ferramentas de controle dos processos e das atividades desenvolvidas, pelos municípios junto a população vulnerável atingida, por meio de apoio técnico e capacitação aos trabalhadores do SUAS dos 10 municípios atingidos no território capixaba, na perspectiva de: fortalecer a política de proteção social em calamidades públicas, situações emergenciais e de desastres, bem como do fortalecimento do trabalho social com Famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI e da função de vigilância socioassistencial no âmbito municipal. Isso permitirá que o trabalho e os resultados sejam constantemente avaliados e os problemas mitigados em tempo hábil.

É muito importante que os processos a serem implementados para as ações previstas neste Plano não comprometam o fluxo de trabalho dos técnicos, mas que viabilize alcançar os objetivos no atendimento do público-alvo e contribuir com a melhoria das suas condições de vida.

Ademais, pensando em um cenário macro, articulado e de continuidade na oferta de serviços e ações nas comunidades impactadas, o Plano de Trabalho e o Termo a serem assinados, poderão ser informados ao Conselho Estadual de Assistência Social. Além dos processos de gestão implementados pelo Estado para o

acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços nos municípios, o Órgão Gestor da política de Assistência Social no Estado do Espírito Santo, juntamente com a Fundação Renova, deverá acompanhar tecnicamente todo processo de alimentação dos dados oficiais do SUAS realizada pelos municípios e aqueles requeridos pela Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social, aprovado pela CTOS e pelo CIF, com informações quantitativas dos serviços prestados no atendimento das famílias e indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem.

O Estado apoiará tecnicamente os municípios nas dúvidas quanto ao preenchimento e envio de relatórios referentes aos equipamentos públicos municipais de Assistência Social, sobretudo os serviços dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para garantia da transparência e acompanhamento dos resultados, uma vez que ademais a integração dos dois planos (estadual e municipais) coadunam com os objetivos de se alcançar os melhores resultados para a proteção dos atingidos.

As metas e os indicadores estabelecidos pela parceria entre o Órgão gestor estadual da Política de Assistência Social no estado do Espírito Santo e a Fundação Renova correlacionam-se diretamente com metodologia para a avaliação das ações e o atendimento da população atingida.

Vale ressaltar que este Plano de Trabalho é parte integrante do instrumento jurídico que deverá ser assinado entre as partes envolvidas.

3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO ESTADO

O Órgão Gestor da política de Assistência Social no Estado do Espírito Santo é a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES que tem por competência formular, coordenar, planejar, articular e executar as políticas públicas voltadas para assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho, emprego e geração de renda. A Assistência Social visa o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, promover a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

A Lei do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Espírito Santo – SUAS/ES, nº 9.966, de 19 de dezembro de 2012, em seu Artigo 10, inciso II, estabelece as competências do órgão gestor dentro outras:

- ✓ Organizar e coordenar o SUAS no Estado;
- ✓ Prestar apoio técnico aos municípios na estruturação e na implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social;
- ✓ Regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Estadual de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS observando as deliberações das Conferências Nacional e Estadual e as deliberações de competência do CEAS / ES;
- ✓ Cofinanciar serviços de proteção social básica e especial, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como ações de incentivo ao aprimoramento da gestão;
- ✓ Coordenar, articular e cofinanciar serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, quando justificar uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do Estado;
- ✓ Prover recursos para o pagamento dos benefícios eventuais previstos no artigo 21 desta Lei;
- ✓ Coordenar, cofinanciar e executar, em conjunto com a esfera federal, a Política Nacional de Capacitação, com base nos princípios da NOB-RH/SUAS;
- ✓ Implantar a vigilância social no âmbito estadual, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.

Desta forma, faz parte do escopo das atribuições da SETADES, apoiar tecnicamente os 78 municípios no que se refere aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de executar diretamente o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Residência Inclusiva, para jovens e adultos.

A equipe técnica estadual, no que se refere à área da Assistência Social está dividida nas Gerências de Proteção Social Básica (GPSB), Proteção Social Especial (GPSE), Gestão do SUAS (GSUAS) e Benefícios Eventuais e Transferência de Renda (GBTR). No Campo do Desenvolvimento Social desenvolve ações na área da Segurança Alimentar e Nutricional, através de setor específico, a Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN).

Vale ressaltar que em relação às situações de calamidade pública e emergenciais, historicamente, o estado do Espírito Santo é acometido por períodos de seca e chuva, já previstos pelas instituições competentes. Portanto, o Estado consegue se planejar

para dar respostas às populações atingidas por esses eventos, para os quais a SE-TADES detém competências para o atendimento das necessidades apresentadas, trabalhando intersetorialmente com a Defesa Civil e os municípios. Já em relação ao desastre ocorrido em Mariana/MG, por se tratar do ineditismo, o estado do Espírito Santo não possui nenhuma experiência anterior para lidar com essa situação que causou e vem causando grandes impactos à população capixaba.

4 PLANO ESTADUAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL

O Programa de Proteção Social, da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do Poder Público, por ter a responsabilidade na reparação e mitigação dos danos causados às famílias e/ou indivíduos em função do rompimento da barragem. Conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de competência do Poder Público, o Programa irá apoiar a adoção de protocolos de atendimento das famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social em decorrência do evento.

Deste modo, as ações aqui destacadas, são estratégias de reparação definidas conforme o levantamento dos impactos identificados nos municípios e reflexo dos dados da base do Cadastro Integrado da Fundação Renova. Considerando como referência o levantamento realizado em 25 de janeiro de 2019, foram identificadas 7020 (sete mil e vinte) famílias vulneráveis impactadas, nos 10 municípios, com possibilidade de revisão deste quantitativo. Esse universo poderá ser ampliado, considerando que o Cadastro Integrado continua aberto e ainda possuem pessoas atingidas que não se reconheceram como sendo parte integrante deste grupo e que, portanto, ainda não estão inclusas no cadastro da Renova e também não foram alcançadas pelo poder público, o que provavelmente ocorrerá mediante suplementação das equipes dos equipamentos públicos (CRAS e CREAS).

4.1 Objetivos do Plano Estadual de Reparação em Proteção Social

- ✓ Definir os municípios de atuação, bem como estratégia de atuação em cada território, conforme impacto percebido pelo rompimento;

- ✓ Identificar os possíveis agravamentos de vulnerabilidades nas famílias e/ou indivíduos vulneráveis, primeiramente por levantamento das percepções do grupo técnico e gestores municipais e Estaduais de Assistência Social relacionadas ao rompimento da barragem e expressos nos dois planos (estadual e municipais);
- ✓ Definir quais são as responsabilidades da Fundação Renova e do Poder Público na proteção social das famílias e/ou indivíduos vulneráveis;
- ✓ Garantir a integração no atendimento, nos municípios, das famílias e/ou indivíduos vulneráveis na rota de reparação e pelos demais programas da Fundação Renova.

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.1 Atividade 1 – Capacitação e Apoio Técnico

Introdução

O escopo do Programa de Proteção Social prevê, como um dos seus eixos de atuação, o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e, entre as ações previstas, constam aquelas de apoio à capacitação e supervisão técnica das equipes de Proteção Social municipais e estadual. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento das equipes técnicas no atendimento das famílias e/ou indivíduos que foram impactados pelo rompimento da barragem e se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social ou que tiveram seus direitos violados.

Para garantir qualificação na oferta dos serviços socioassistenciais, o Programa de Proteção Social propõe a realização de capacitações para as equipes municipais e estadual que irão operacionalizar as ações de reparação em proteção social, respeitadas suas competências neste Plano de Trabalho, nos seguintes eixos:

- ✓ Capacitação para gestores e técnicos: *“Oferta de serviços socioassistenciais e acompanhamento familiar em situações de crise e emergência”*, conforme a metodologia do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS e com ênfase no “Acompanhamento Familiar e Proteção Social: estratégias de atuação em situação de emergência e de reparação de danos advindos de

desastre” e “O acompanhamento familiar como estratégia para a garantia da proteção social aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão/MG”.

- ✓ Capacitação para gestores e técnicos: *“Implementação da vigilância socioassistencial para o monitoramento e avaliação dos serviços”*, conforme a metodologia do CapacitaSUAS com ênfase em “A Vigilância Socioassistencial como função estratégica para o planejamento, gestão e monitoramento das ações realizadas para a garantia da proteção social aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão”.

A operacionalização das capacitações será acordada entre a SETADES e a Fundação Renova, com vistas a definir uma metodologia que atenda aos atores envolvidos, assim como avaliação das ações, para réplica ou aprimoramentos, tendo em conta a necessidade de verificar a eficácia e a eficiência da atividade executada.

As ações de capacitação propostas devem ser executadas em consonância com o que estabelecem as normativas do SUAS, destacando-se a Política Nacional de Educação Permanente – PNEP SUAS que objetiva contribuir com a profissionalização na área, atuando em duas dimensões: a dimensão do trabalho, que engloba a reflexão sobre os processos de trabalho na assistência social; e a dimensão pedagógica, que compreende os processos continuados de capacitação e de formação na área de atuação. Nesse sentido, a Resolução CNAS nº 8, de 16 de março de 2012, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – Capacita/SUAS define como objetivo geral, contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das funções de gestão; do provimento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e da transferência de renda; e do exercício do controle social, por meio do apoio aos estados e ao Distrito Federal na execução dos seus Planos de Capacitação do SUAS.

Caberá à equipe da SETADES, a coordenação das ações de apoio técnico a serem executadas em parceria com a Fundação Renova. Para isso as equipes estaduais serão compostas pelos profissionais contratados com recursos da Fundação Renova, conforme Plano Estadual que compõe o Programa de Proteção Social e conforme decisões no âmbito da CTOS/ CIF.

As oficinas serão ofertadas nos municípios para as equipes de Proteção Social municipal para discutir e desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações nas

comunidades impactadas e irão abordar junto aos técnicos municipais a produção de conhecimento sobre situações emergenciais, planejar as ações para atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, estudos de casos e discussões pertinentes ao caso. Além de formar multiplicadores de conhecimento e estratégias, visto que os impactos causados poderão ser percebidos na decorrência dos anos.

Pretende-se iniciar o apoio técnico com as oficinas que já vem sendo planejadas pela Fundação Renova, mediante a contratação das consultorias para a oferta dos cursos previstos. Para isso, a SETADES deve participar de alinhamento sobre os conteúdos a serem tratados e acompanhar a execução dessas oficinas, a fim de garantir a conformidade dos conteúdos com a Política de Assistência Social e o SUAS.

Para a continuidade do apoio técnico e a definição de outras modalidades, é necessário levar em consideração a particularidade de cada município, contida nos Planos Municipais e que será requalificada durante as visitas de apoio técnico a serem realizadas pelo Estado.

Objetivos

- ✓ Capacitar os profissionais, com temas sobre atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos em situação emergencial e em reparação de danos em caso de desastres;
- ✓ Qualificar tecnicamente a gestão local na identificação dos possíveis agravamentos e novas vulnerabilidades ocorridas nos núcleos familiares e/ou indivíduos após o rompimento da barragem;
- ✓ Qualificar as equipes envolvidas para o aprimoramento da capacidade técnica de identificação, atendimento e acompanhamento das famílias e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e em situação de emergência em caso de desastre;
- ✓ Qualificar a gestão local e a rede de proteção social para o processo de identificação, atendimento, acompanhamento, e inserção e na referência e contra referência dos usuários atingidos, em especial o público prioritário, nos serviços socio-assistenciais do município;

✓ Contribuir no fortalecimento das ações no âmbito da Proteção Social junto aos municípios do Espírito Santo, para atendimento aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão/MG.

Justificativa

O SUAS é um sistema recente dentro do cenário da Políticas Públicas brasileira, com pouco histórico de atuação em desastre da dimensão como foi o rompimento da barragem de Fundão/MG, considerando sua dimensão e excepcionalidade. Na sua implementação, em todo território nacional, os gestores municipais enfrentam grandes desafios no trabalho social com as famílias e na oferta dos serviços socioassistenciais. No contexto dos territórios impactados pelo rompimento da barragem, estes desafios são ainda maiores, o que exige muita compreensão e conhecimento da atribuição pública na Proteção Social brasileira e o processo de reparação previsto no TTAC por meio de um Programa.

Diante desse cenário, faz-se necessário a capacitação de todos os envolvidos no processo de reparação, em especial das equipes técnicas locais para a realização do trabalho social com famílias e indivíduos impactados, tendo como pressuposto a celeridade e a qualificação no atendimento de demandas deste público e ao mesmo tempo distinguir as especificidades dos atendimentos em cada território impactado.

A capacitação se constitui em uma das estratégias para qualificar, nivelar e atualizar informações com vistas a aprimorar, apoiar tecnicamente e acompanhar os trabalhadores no desenvolvimento de suas atribuições no SUAS e no provimento de serviços e benefícios socioassistenciais.

Para oferta das ações de capacitação, a Fundação Renova deverá contratar preferencialmente instituições vinculadas à Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS e/ou Instituição de Ensino Superior - IES, reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, e que atenda aos critérios a serem estabelecidos em conjunto com a SETADES

Inicialmente serão ofertados 2 (dois) cursos introdutórios e basilares, sendo de 20 horas cada, focados no acompanhamento familiar e Proteção Social como estratégias de atuação em situação de emergência e de reparação de danos e na organi-

zação da vigilância socioassistencial, para as equipes da gestão e dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial ofertados pelos municípios atingidos.

Os 10 municípios possuem 42 CRAS, 12 CREAS e 2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua - Centro-Pop que juntos somam 56 equipamentos de assistência social com 711 trabalhadores do SUAS, conforme extraído do Sistema de Cadastro Nacional do SUAS - CadSUAS em junho de 2019.

O universo estimado de trabalhadores para as ações de capacitação, constante na Tabela 1, referencia-se no quantitativo de trabalhadores da gestão municipal e dos equipamentos da rede socioassistencial identificados nas bases de dados oficiais, ou seja, CadSUAS.

Os cursos contarão com pelo menos 5 profissionais, sendo 1 da gestão municipal, 2 (dois) técnicos dos CRAS e 2 (dois) técnicos dos CREAS dos municípios atingidos, priorizando os equipamentos e profissionais que atuam nas áreas atingidas.

Ainda estão previstas vagas para a SETADES, sendo 2 (duas) vagas para Gerência de Proteção Social Básica - GPSB, 2 (duas) para a Gerência de Proteção Social Especial – GPSE, 1 (uma) para a Gerência do Sistema Único de Assistência Social - GSUAS, 4 (quatro) para a equipe suplementar e 2 (duas) para equipe socioeconômica do Doce.

Tabela 1– Estimativa de trabalhadores e equipamentos de oferta do SUAS nos municípios atingidos. Espírito Santo, 2019.

No quadro abaixo, consta o resumo dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial instalados nos 10 municípios impactados pelo desastre bem como uma estimativa de trabalhadores.

Quantidade de Trabalhadores							
Municípios	Órgão Gestor	CRAS	Unidades de Convivência	CREAS	Centro Dia e Similares	Centro Pop	Unidades de Acolhimento
Aracruz	42	72	48	19	8	0	114
Baixo Guandu	6	22	10	12	3	0	52
Conceição da Barra	5	23	0	4	27	0	11
Colatina	19	58	18	19	10	10	97
Fundão	8	4	0	3	0	0	2
Linhares	101	177	91	19	45	0	190
Marilândia	10	11	8	4	0	0	0
São Mateus	10	46	4	13	24	0	65
Serra	36	128	359	25	32	18	306
Sooretama	5	16	0	8	0	0	15
Total:	242	557	538	126	149	28	852

Fonte: CadSUAS – Ministério da Cidadania - MC

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 1 – CAPACITAÇÃO
Qualificar as equipes e gestores municipais, técnicos da SETADES e outros operadores em proteção social, com abordagem de temas para enfrentamento da situação de desastre com perspectiva interdisciplinar.
PARA QUÊ
Aprimoramento das equipes do Estado para apoio técnico e acompanhamento aos municípios no contexto de situação de desastre.
O QUE
Apoio na construção da metodologia e participação na capacitação com abordagem de temas para o enfrentamento da situação de desastre, visando apoio técnico e acompanhamento aos municípios
QUANDO
Segundo semestre de 2019.
QUEM
Órgão Gestor Estadual
COMO
Participação nos dois (2) cursos introdutórios (20 horas cada) de capacitação;

Participação nas oficinas de apoio técnico, durante a vigência.
ONDE
Capacitações desenvolvidas em princípio em 3 polos pela Fundação Renova, sendo analisado inclusive a proximidade dos municípios e a funcionalidade dessa organização.
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR A CAPACITAÇÃO
Para a efetiva realização da capacitação, será necessário: <ul style="list-style-type: none"> I. Recursos Humanos; II. Apoio Logístico; III. Infraestrutura, dentre outras.
RESPONSABILIDADES DO ESTADO
<ul style="list-style-type: none"> I. Apoiar na elaboração dos conteúdos e na construção da proposta de capacitação e na definição da metodologia a ser utilizada nas oficinas de apoio técnico; II. Disponibilizar técnicos estaduais para serem capacitados nos cursos.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA
<ul style="list-style-type: none"> I. Realizar, acompanhar e monitorar a IES cadastrada na Rede Nacional de Educação Permanente- RENEPE que realizará todo o processo para a execução dos cursos; II. Disponibilizar a logística do evento; III. Disponibilizar material necessário para o desenvolvimento das atividades; IV. Ofertar lanches/ alimentação para os períodos da capacitação; V. Viabilizar o deslocamento até o local da capacitação; VI. Disponibilizar hospedagem para os participantes, dentre outras ações que se fizerem necessárias para o efetivo desenvolvimento da capacitação.
METAS
<p>No mínimo 1 (um) profissional Gestão municipal capacitado, sendo 10 vagas;</p> <p>No mínimo 2 (dois) profissionais capacitados de cada equipamento público da Assistência Social dos 10 (dez) municípios impactados, sendo 108 (cento e oito) vagas;</p>

No mínimo 5 (cinco) profissionais capacitados da SETADES, sendo 1 vaga Gerência do Sistema Único de Assistência Social - GSUAS, 2 (duas) vagas para a Gerência de Proteção Social Básica – GPSB e 2 (duas) vagas para a Gerência de Proteção Social Especial.

5 (cinco) profissionais da equipe contratada com recursos da Fundação Renova;

No mínimo 2 (dois) profissionais da equipe socioeconômica do Doce.

PRAZO DE VIGÊNCIA

Tempo de vigência do TTAC, podendo ser prorrogado.

CRONOGRAMA– ATIVIDADE CAPACITAÇÃO

Ação - Capacitação	Período de Execução	Unidade
Curso 1	Segundo Semestre 2019	130
Curso 2	Primeiro Semestre 2020	130
Oficinas de Apoio Técnico	Segundo Semestre 2020	130

5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos para Gestão

Introdução

As ações previstas no Plano Estadual de Proteção Social do Espírito Santo estão articuladas com as diretrizes da lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei nº 12.435/2011; da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145/2004; da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33/2012; da Lei nº 9.966/2012 - Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, alterada pela Lei nº 10.812, de 19 de março de 2018; e com as demais normativas da Assistência Social, considerando as competências das esferas municipais, estadual e federal de gestão do SUAS.

A Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ES estabelece em seu artigo 10º as responsabilidades do órgão gestor da política de assistência social no Estado, dentre as quais destacam-se:

- I - organizar e coordenar o SUAS no Estado; II - prestar apoio técnico aos municípios na estruturação e na implantação de seus Sistemas Municipais de

Assistência Social; [...] V - cofinanciar serviços de proteção social básica e especial, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como ações de incentivo ao aprimoramento da gestão; [...] VIII - prover recursos para o pagamento dos benefícios eventuais [...] X - coordenar, cofinanciar e executar, em conjunto com a esfera federal, a Política Nacional de Capacitação, com base nos princípios da NOB-RH/SUAS; [...] XII - proceder à transferência obrigatória, automática e regular de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social [...]; XIII - instituir pisos por proteção como modalidade de transferência de recursos destinada ao financiamento e ao cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; [...] XVIII - implantar a vigilância social no âmbito estadual, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais; [...] (ESPÍRITO SANTO, 2012).

A NOB/SUAS estabelece em seu artigo 15º, as responsabilidades dos Estados, dentre as quais destacam-se:

[...] II - cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local; [...] VII - apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; [...] IX - apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação da vigilância socioassistencial; [...] XII - organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede socioassistencial nos âmbitos estadual e regional (BRASIL, 2012).

Com vistas a garantir a qualidade na atuação da SETADES no processo de participação nos espaços demandados pela situação, no apoio técnico e no acompanhamento aos municípios impactados, verifica-se a necessidade de contratação de profissionais para atuarem com as demandas específicas decorrentes do desastre.

A partir do rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana/MG, e com a deliberação CIF nº 58, 10 municípios do estado do Espírito Santo foram reconhecidos como atingidos pelo desastre, portanto, para estes haverá o processo de reparação que será executada pela Fundação Renova.

O Programa de Proteção Social traz ações articuladas com o poder público estadual e local para a garantia do atendimento aos atingidos no que se refere à política de assistência social, entre elas, a suplementação das equipes do SUAS para

responderem ao aumento de demanda e as especificidades no atendimento aos atingidos pelo desastre.

Conforme estabelecem as normativas do SUAS, são atribuições dos Estado, na gestão compartilhada do SUAS, entre outras, o apoio técnico e acompanhamento aos municípios na implantação e na organização da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, coordenando a execução da Educação Permanente para gestores, trabalhadores e conselheiros municipais de Assistência Social.

Destacamos a realidade vivenciada por alguns municípios impactados, que intensificaram suas demandas ao Estado no que se refere à orientações e apoio técnico, principalmente por alteração no fluxo de trabalho, são estes: Baixo Guandu (Mascarenhas), Colatina (Itapina), Linhares (Regência, Povoação, Degredo, Pontal do Ipiranga, Areal) e Serra (Nova Almeida) que não possuem CRAS nos territórios mais impactados, sendo estes equipamentos distantes das localidades, cobertos através de planejamento dos referidos equipamentos de forma semanal ou quinzenal, conforme identificação de demanda, fluxo este, antes do desastre.

Após o desastre, as demandas de atendimento para os CRAS e CREAS aumentaram expressivamente, conforme dados identificados e informados pelas equipes municipais, isto demandou das equipes técnicas dos serviços dos referidos equipamentos, novos planejamentos para atendimento de maneira contínua da população atingida nessas localidades. O que antes do desastre, por exemplo, era demanda semanal, passou a ter demanda diária. O foco de trabalho que antes era direcionada há alguns territórios, passou a ser direcionado aos territórios e a população atingida pelo desastre, que teve seu modo de vida completamente modificado, intensificando as demandas para as equipes.

No município de São Mateus, um único CRAS, o de Pedra D'água, é responsável pelo atendimento da extensa maioria dos territórios impactados, o que intensificou a demanda de atendimentos e acompanhamentos no equipamento, sobrecarregando a equipe e mudando o cenário existente.

É importante ressaltar que a maioria dos municípios impactados (Serra, Fundão, Ara-cruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra) possuem comunidades tradicionais em seu território, compostas por pescadores, quilombolas e povos indígenas, o que demanda do Estado uma atenção maior no que se refere a essa população, que já

vivência em seu cotidiano situações de vulnerabilidade e risco, intensificadas pelos impactos do desastre.

Para além das limitações de infraestrutura, logística e recursos humanos dos municípios, torna-se necessário reorganizar o processo de trabalho, qualificar o atendimento, potencializar a capacidade de resolução das demandas, identificar as vulnerabilidades socioculturais potencializadas pelo desastre, entre outras, assim sendo, o estado cumpre papel imprescindível junto as equipes locais.

Embora a NOB/RH não estabeleça a composição de quadro técnico para o Estado, a SETADES compreende a necessidade da suplementação de uma equipe técnica interdisciplinar, mediante tamanho desastre causado pelo rompimento da barragem, para o acompanhamento e apoio técnico aos municípios impactados, visto que após o ocorrido, foram agregadas atividades atípicas aos técnicos e gestores desta SETADES. Para a adequada gestão do SUAS em cada esfera de governo, é fundamental a garantia de um quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão, conforme previsto na NOB/RH do SUAS.

Em comum acordo com o TTAC, a NOB-SUAS e o Plano Estadual de Reparação em Proteção Social ficou definido como estratégia de atuação do Estado, o acompanhamento e apoio técnico aos municípios no processo de aperfeiçoamento e implementação de ações socioassistenciais articuladas, com vistas a promover a proteção social e contribuir com as equipes locais no processo de reconstrução de novas formas de vínculos socioterritoriais a partir de rupturas socioculturais advindas do desastre.

Objetivo

- ✓ Contribuir tecnicamente com a rede de proteção do município, de forma a preservar a referência e continuidade do atendimento e acompanhamento dos usuários nos serviços socioassistenciais;
- ✓ Contribuir tecnicamente com a gestão municipal da assistência social quanto às novas demandas de inserção para o acompanhamento familiar no PAIF e no PAEFI, decorrentes do desastre;
- ✓ Fortalecer a política de proteção social em calamidades públicas e situações emergências e de desastres;
- ✓ Fortalecer o trabalho social com Famílias – PAEFI e PAIF e da função de vigilância socioassistencial no âmbito municipal;

- ✓ Promover a proteção social que visem a redução das vulnerabilidades agravadas das famílias e indivíduos.

Justificativa

Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana – MG, os equipamentos de oferta dos serviços da assistência social dos municípios atingidos, começaram a se deparar com demandas específicas, nunca antes vivenciadas, vindas da população impactada. Assim, os municípios passaram a demandar desta Secretaria respostas para as novas situações apresentadas, visto que a SETADES é a referência na coordenação da Política Estadual de Assistência Social.

Além das demandas municipais, a SETADES passou a participar continuamente de ações que envolvem os impactos decorrentes do desastre.

De acordo com o exposto na Política Pública de Assistência Social, cabe ao Governo do Espírito Santo por meio da SETADES, apoiar tecnicamente e realizar o acompanhamento aos municípios.

Sendo estas, responsabilidades da SETADES e estando de acordo com o Plano Estadual de Proteção Social considera-se como de extrema importância a suplementação de equipes, pois o desastre do rompimento da barragem de Fundão/MG aumentou significativamente o número de famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e a violação de direitos. Isso significa que a capacidade de atendimento precisa ser ampliada para o cumprimento da integralidade da proteção socioassistencial.

São extremamente necessários o apoio técnico e o acompanhamento prioritário aos 10 municípios atingidos no Espírito Santo, para que estes consigam lidar com situações de emergência específicas, o aumento e identificação de demanda causadas pelo desastre e executar as ações previstas neste plano. É importante ressaltar também que cada município possui sua peculiaridade, sendo assim, cada município atingido terá atendimento particularizado de acordo com suas demandas. Não devemos esquecer que os impactos causados por este desastre poderão ser percebidos ainda ao longo dos anos, pois não é possível mensurar com precisão todos os efeitos que este evento trouxe a população capixaba, motivo pelo qual este Plano de Trabalho poderá ser revisto, quando necessário, respeitando os trâmites já previstos.

É possível notar que em alguns municípios o número de atendimentos entre os anos de 2015 a 2018 aumentaram de forma significativa, se elevando principalmente no ano de 2018. Estes são dados do Registro Mensal de Atendimento - RMA dos CRAS, CREAS e Centro Pop. Sendo assim a oferta de serviços deve ser ampliada para o cumprimento da integralidade da proteção socioassistencial. Vejamos a tabela abaixo:

CRAS				
C.1. Atendimentos individualizados realizados				
Municípios	2015	2016	2017	2018
Aracruz	17534	16951	16748	20923
Baixo Guandu	1005	891	1458	1464
Conceição da Barra	11106	7953	7994	6644
Colatina	6538	6473	4531	5119
Fundão	2436	1319	2173	806
Linhares	13406	12845	16526	24724
Marilândia	2159	1870	741	842
São Mateus	17829	14134	13114	26968
Serra	10872	12536	13543	17480
Sooretama	633	1118	1623	2254
Total:	83518	76090	78451	107224

Fonte: RMA CRAS - 2015/2016/2017/2018

CREAS				
Itens C.1, C.2, C.3, C.4, D.1, D.2, E.1, E.2, F.1, G.1, H.1, I.1				
Pessoas atendidas no Paefi- 2015 a 2016				
Item M.1 -Atendimentos individualizados realizados no CREAS- 2017 a 2018				
Municípios	2015	2016	2017	2018
Aracruz	112	83	735	614
Baixo Guandu	82	185	729	1023
Conceição da Barra	104	35	57	108
Colatina	320	147	744	3027
Fundão	48	53	54	230
Linhares	161	93	1351	646
Marilândia	0	69	178	335
São Mateus	171	123	1570	1679
Serra	467	500	1146	1720
Sooretama	54	78	347	392
Total:	1519	1366	6911	9774

Fonte: RMA CREAS - 2015/2016/2017/2018

Centro POP				
D.1 - Atendimentos realizados no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua				
Municípios	2015	2016	2017	2018
Colatina	7154	4249	1527	4016
Linhares	328	4884	0	0
Serra	7509	0	15931	23111
Total:	14991	9133	17458	27127

Fonte: RMA Centro Pop - 2015/2016/2017/2018

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 2 – Recursos Humanos
Suplementação de recursos humanos no Estado Apoio técnico e Acompanhamento aos municípios impactados.
PARA QUÊ
Fortalecer o SUAS apoiando e acompanhando os municípios na implementação das ações de reparação em proteção social e situação de emergência para aprimorar as ações previstas nos planos de trabalho dos municípios impactados com o rompimento da barragem de Fundão/MG.
COMO
Realizar processo seletivo dos profissionais para compor a equipe que irá atuar no acompanhamento e apoio técnico das ações nos municípios por tempo determinado, conforme a Lei complementar nº 809, sendo: 5 (cinco) profissionais para atuar no apoio técnico e no acompanhamento para a implementação dos planos de trabalhos para atendimento nas comunidades impactadas.
QUANDO
Segundo semestre de 2019.
QUEM
O Gestor Estadual definirá a forma de contratação dos profissionais; A Fundação Renova arcará com os recursos financeiros desta contratação.
ONDE
Os profissionais serão alocados na Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

RECURSOS NECESSÁRIOS		
Técnicos	Mensal	36 meses
5 Profissionais de Nível Superior	R\$ 8.414,04 (Unitário/mês) Salário + encargos Total: 42.070,20	1.514.527,20
TOTAL:		1.514.527,20
RESPONSABILIDADES DO ESTADO		
I. Realizar processo seletivo dos profissionais e fazer a gestão da equipe estadual contratada; II. Repassar para a Fundação Renova, informações das atividades realizadas com os municípios impactados.		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA		
I. Repassar o recurso necessário para contratação e manutenção dos profissionais que irá suplementar a equipe Estadual, de acordo com as diretrizes da Fundação Renova e do Estado do Espírito Santo.		
METAS		
I. 05 (cinco) profissionais de nível superior contratados e atuando junto aos 10 municípios.		
PRAZO DE VIGÊNCIA		
Tempo de vigência do TTAC, podendo ser prorrogado.		
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS PROFISISONAIS CONTRATADOS		
AÇÃO		Quantitativo
Participar e/ou realizar reuniões mensais nos municípios impactados ou com a Fundação Renova por no mínimo (1/mês).		360
Realizar visitas técnicas mensais para apoio técnico e acompanhamento aos municípios (1/ mês).		360
Colaborar com as equipes e a gestão local, nos assuntos atinentes ao desastre.		permanente
Propor estudos e/ou medidas, dentro de sua competência visando à mitigação das vulnerabilidades potencializadas pelos impactos causados e a prevenção de danos decorrentes do evento.		permanente

Realizar análise a partir das informações dos municípios da capacidade protetiva das famílias no território, suas vulnerabilidades, ameaças, danos e a defesa dos direitos.	permanente
Orientar e assessorar as equipes técnicas quanto a articulação da rede na garantia do pleno acesso aos direitos no conjunto das providências socioassistenciais (art. 2º da LOAS).	permanente
Orientar ações integradas com a participação dos municípios envolvidos, usuários atendidos, comunidade/território impactado, quando necessário.	permanente
Acompanhar as ações desenvolvidas pela Fundação Renova para os atingidos.	permanente
Fomentar, orientar e apoiar estratégias de articulação e mobilização social pela garantia de atendimento, a execução dos serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	permanente
Manter articulação e interlocução com outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos humanos com vistas à efetivação da intersetorialidade nas ações das proteções, afim de garantir os direitos e minimizar os impactos advindos do desastre, bem como a inclusão produtiva das famílias e a retomada de sua atividade laboral.	permanente
Contribuir para a organização do conjunto de ações, serviços e programas de proteção social básica e especial que se fizerem necessários no território.	permanente
Prestar apoio técnico aos Municípios na organização e implementação das ações de proteção social básica e especial para minimizar os impactos decorrentes do desastre.	permanente
Acompanhar a execução física de serviços e projetos da proteção social básica e especial.	permanente
Subsidiar e participar de atividades de capacitação para aperfeiçoamento dos serviços e programas das proteções sociais.	permanente

Apoiar a mobilização de Municípios para a participação em campanhas de interesse às proteções sociais da assistência social voltadas para questões relacionadas ao desastre.	permanente
Prestar informações que subsidiem respostas às demandas dos órgãos e setores de controle internos e externos, em relação ao desastre.	permanente
Apoiar na articulação com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades oferecidas no território para os atingidos e suas famílias.	Permanente

5.1.3 Atividade 3 – Transporte de equipe da Gestão

Introdução

Diante à demanda apresentada após o desastre, serão realizadas visitas *in loco* pela equipe técnica contratada da SETADES aos municípios impactados.

Será disponibilizado pela Fundação Renova, um veículo exclusivo com motorista, com todos os custos de seguro, combustível, manutenção, diárias e outras despesas trabalhistas do motorista inclusos.

Considerando que os equipamentos de CRAS e CREAS dos municípios impactados se localizam em sua grande maioria a mais de 100Km da SETADES.

Objetiva-se a necessidade de 01(um) veículo com motorista, para que as demandas possam ser atendidas com qualidade e para que sejam garantidas as visitas aos municípios atingidos de acordo com o cronograma a ser estabelecido. O atendimento realizado pela equipe de referência ocorre tanto nas áreas urbanas quanto em distritos (área rural) dos municípios.

A tabela abaixo, descreve a distância dos municípios em quilômetros, considerando o município de Vitória, onde está localizada a SETADES, como ponto de partida.

Município	Distância em quilômetros partindo do município de Vitória
Aracruz	75,2 km a 79,4 Km
Baixo Guandu	178 Km a 184 Km
Conceição da Barra	248 Km
Colatina	131Km a 156 Km
Fundão	50,1 Km
Linhares	131 Km a 139 Km
São Mateus	214 Km
Serra	35,9 Km a 37,1 Km
Sooretama	155 Km

FONTE: Google Maps

Ademais, o veículo será utilizado para a implementação dos planos de trabalho dos municípios impactados e para desenvolver ações no atendimento das famílias e/ou indivíduos impactados.

Justificativa

Justifica-se a exclusividade de um veículo com motorista, como meio de deslocamento da equipe técnica contratada para realização do trabalho de forma contínua, cumprimento das metas e cronograma deste Plano de Trabalho.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 3 – TRANSPORTE
Disponibilizar 01 veículo de no mínimo 06 (seis) lugares com motorista.
PARA QUÊ
Deslocamento da equipe técnica contratada para a implementação das ações definidas neste plano de Trabalho nos 10 (dez) municípios impactados.
O QUE
01 (um) veículo, motor 1.8, uma vez que os municípios impactados possuem área de difícil acesso, cor branca, porta malas, equipado com ar condicionado, direção

hidráulica, vidro elétrico, trava elétrica, capacidade para 6 (seis) pessoas, ano/mo- delo 2020, som com rádio/CD/MP3, airbag, com manutenção, seguro, combustível e motorista.
QUANDO
Deverá ser disponibilizado no início das atividades, que estará condicionada a exis- tência do transporte.
QUEM
A Fundação Renova disponibilizará 1 (um) veículo com motorista para uso exclusivo da equipe técnica, contratada pelo Estado.
COMO
A forma de contratação e/ou aquisição, será definida pela Fundação Renova.
ONDE
O veículo será disponibilizado à Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e De- senvolvimento Social - SETADES/ES, para uso exclusivo da equipe técnica contra- tada.
RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Veículo; ✓ combustível; ✓ seguro; ✓ manutenção; ✓ motorista; ✓ encargos trabalhistas, dentre outros; e ✓ outros que se fizerem necessários para o cumprimento deste Plano de Traba- lho.
RESPONSABILIDADES DO ESTADO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização do veículo para implementar as ações previstas neste plano de traba- lho e preservação durante a realização de visitas; ✓ Prestar informações quanto a utilização do veículo.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar para a SETADES 1 (um) veículo com motorista, no início das ati- vidades; ✓ Todas as despesas inerentes ao veículo e ao motorista mantidas e garantidas, seguindo as normas de trânsito e trabalhistas.

METAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ter para o início das atividades, veículo com motorista, disponibilizado para uso da equipe técnica contratada; ✓ Garantir 100% dos custos e despesas inerentes ao veículo e ao motorista.
PRAZO DE VIGÊNCIA?
Tempo de vigência do TTAC, podendo ser prorrogado.

5.1.4 – Aquisição de Materiais Permanentes

AÇÃO PROGRAMADA 4 – Aquisição de Materiais Permanentes	
ITEM	QUANTIDADE
Mesa de Reunião	1
Mesa individual	5
Computador	5
Tablet	1
Notebook	1
Internet Móvel	1
Pen Drive	5
Cadeira com rodinhas	11
Nobreak	5
Datashow	1
Impressora	1
Teclado	6
Telefone fixo	1
PARA QUÊ	
Para cumprimento das metas e ações deste Plano de Trabalho.	
O QUE	
Disponibilizar materiais permanentes, conforme tabela acima.	
QUANDO	
Antes do início das atividades.	
QUEM	

Fundação Renova.
COMO
A forma de locação e/ou aquisição dos materiais permanentes, será definido pela Fundação Renova.
ONDE
Ficará em espaço disponibilizado na SETADES.
RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estrutura física; ✓ Equipamentos permanentes; ✓ Energia;
RESPONSABILIDADES DO ESTADO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de espaço físico adequado para alocação dos materiais permanentes, ✓ Guarda e preservação; ✓ Informar a Fundação Renova, quando necessário, a substituição ou manutenção dos equipamentos eletrônicos.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar, antes do início das atividades, os equipamentos propostos, bem como, outros necessários a execução deste Plano de Trabalho; ✓ Substituir em até 24h, quando solicitado pela equipe contratada, a substituição ou manutenção dos equipamentos obsoletos e/ou que apresentem defeitos.
METAS
100% dos materiais disponibilizados a SETADES.
PRAZO DE VIGÊNCIA
Tempo de vigência do TTAC, podendo ser prorrogado.

Caberá a Fundação Renova viabilizar a execução das ações previstas no Projeto de Enfrentamento a Pobreza conforme aprovado na 29ª Reunião Ordinária da CTOS e deliberação CIF em nº 192, de 31 de agosto de 2018 no qual aprova as Bases Mínimas para a execução do Programa de Proteção Social pela Fundação Renova, nos termos da Nota Técnica nº 024/2018/CTOS-CIF.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução Nº 109. Brasília. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>. Acesso em 06/06/2019.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Política nacional de proteção e defesa civil – PNPDEC**. Brasília. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH Anotada e comentada**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2004.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 809, de 23 de setembro de 2015. **Contratações Temporárias no Espírito Santo**. Disponível em: <<https://secont.es.gov.br/Media/secont/Legisla%C3%A7%C3%B5es/Regula%C3%A7%C3%A3o%20Contrata%C3%A7%C3%B5es%20Tempor%C3%A1rias/lei%20complementar%20809-2015%20-%20contratacoes%20temporarias%20no%20es.pdf>>. Acesso em: 26/07/2019.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 9.966, de 19 de dezembro de 2012. **A Lei do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Espírito Santo – SUAS/ES**. Vitória. 2012.

7 – APÊNDICES

APÊNDICE A – INDICADORES

Nº	INDICADORES A SEREM MONITORADOS
01	Capacitação dos Profissionais dos equipamentos públicos de Assistência Social.
02	Acompanhamento e apoio técnico aos municípios impactados.

Nº	INDICADORES A SEREM MONITORADOS
01	<p>Aprimoramento dos profissionais dos equipamentos públicos de Assistência Social do Estado e municípios para realização do trabalho social com famílias e indivíduos no contexto de situação de desastre.</p> <p>Indicador: Nº de cursos ofertados Nº de oficinas de apoio técnico Nº de pessoas capacitadas</p> <p>Meta: 100% dos operadores capacitados</p> <p>Frequência de medição: Anual: setembro/19 a dezembro/22</p> <p>Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro: A capacitação será comprovada por meio de registro fotográfico e lista de presença.</p>
02	<p>Acompanhar e apoiar tecnicamente os municípios de Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, Marilândia, São Mateus, Serra e Sooretama na execução dos planos municipais de reparação em Proteção Social.</p> <p>Indicador: Nº de reuniões. Nº de visitas técnicas da equipe estadual aos municípios impactados.</p> <p>Meta: Acompanhar e prestar apoio técnico para 100% dos municípios impactados no Espírito Santo.</p> <p>Frequência de medição: Anual: setembro/19 a dezembro/22</p> <p>Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro: As ações serão comprovadas por meio de registro fotográfico, lista de presença e/ou relatório de atendimento.</p>

Versão Preliminar